

Caminhos metodológicos e construção teórica: interpretações sobre o mercado financeiro

Sebastião Ferreira da Cunha¹

Henrique Ferreira da Souza²

Vanessa Petrelli Corrêa³

“uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações [...], na verdade, é a transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas. Quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo idéias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas idéias poderá explicar a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas” (Marilena Chauí, em “O que é ideologia”)

1. Introdução

Na citação anterior, Chauí, ao iniciar a discussão sobre ideologia, realça a necessidade de esmiuçar questões relativas à interação entre o olhar que o pesquisador tem sobre o objeto de investigação, aos desdobramentos do tratamento dado a esta interação e à influência que a construção social pode ter sobre o sujeito. É o que, na epistemologia, enquanto ramo da filosofia das ciências⁴, é conhecido como a compreensão da investigação e suas relações com o produto do conhecimento. E quando se trata do debate sobre a influência da metodologia na construção científica, uma questão central se coloca diante do pesquisador: que caminhos deve-se tomar na organização de parâmetros, perguntas e articulações entre relações de causa e consequência para que o conhecimento tenha valor científico⁵? Diante disto, grandes correntes teóricas esforçam-se por evidenciar a necessidade de utilização deste ou daquele caminho metodológico para melhor interpretar e explicar a realidade e seus fenômenos, ao mesmo tempo em que procuram desqualificar certas escolhas pré-existentes. E esta tem sido uma questão relevante no debate acadêmico sobre os rumos da ciência econômica e que permeia o embate permanente entre correntes de pensamento⁶.

¹ Professor e pesquisador da UFRRJ. Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia da UFU.

² Mestrando em Economia no Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia da UFU.

³ Professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia da UFU.

⁴ Subdividida, fundamentalmente, em positivista, fenomenologia e dialética.

⁵ Ver Bunge (1980).

⁶ Neste trabalho não serão utilizadas dicotomias, como “método histórico-dedutivo versus método hipotético-dedutivo” (válida, sob determinados aspectos), ou possíveis combinações destes, muito utilizada para se referir à relação entre método e teoria econômica, como explorada por Bresser-Pereira: “Economistas clássicos como Smith, Malthus e Marx usaram essencialmente o método histórico-dedutivo: tentaram generalizar a partir da observação da realidade econômica que os cercava. Ricardo desenvolveu modelos altamente dedutivos [...] A ideia de adotar o método hipotético-dedutivo ocorreu a Stuart Mill [...] com a adoção do *homo economicus* como pressuposto básico [...] A redução da teoria econômica a modelos matemáticos possibilitada pela abordagem hipotético-dedutiva aconteceria nos anos 1930, quando um grande

Ao longo do tempo, são recorrentes as oscilações do interesse de pesquisadores sobre a epistemologia associada ao método nas ciências econômicas, e estes ciclos podem relacionados a fatos marcantes na sociedade ou mesmo a surtos espontâneos de provocações entre estudiosos. Os exemplos são muitos, como aqueles oriundos das contribuições de renomados estudiosos, como Mill, Senior, Kahn, Lawson, Friedman, ou nascidos entre grupos ou movimentos, como ocorreu com os precursores do utilitarismo ou com a Escola Austríaca, ou estejam eles associados às idas e vindas da história e da economia, como o debate a respeito dos agregados no período da segunda guerra mundial, às tentativas de transformar a economia política na *economics*, ou à crise dos anos 70 e às dificuldades da ortodoxia de explicar a estagflação⁷. Fato é que um aspecto especial remonta os primórdios do surgimento da ciência econômica, como aponta as preocupações de Coutinho (1993) sobre a origem da economia política, e que perpassam por Marx, pelas chamadas revoluções marginalistas e keynesiana e permanece essencial na atualidade: a necessidade/desnecessidade de dissociação entre sujeito e objeto, ou sua impossibilidade. Como afirma Hands (2001), esta questão sempre esteve presente nas mentes e nos diálogos dos interlocutores da ciência econômica⁸ e, como um dos desdobramentos, permanece cada vez mais presente a afirmação de que prevalece, para cada corrente, uma interação particular entre teoria e o método mais adequado ao seu desenvolvimento.

De qualquer forma, temas, assuntos e pesquisadores recorrentemente utilizam-se de críticas, nada triviais, às falhas no método ou dos desdobramentos que as relações entre método e teoria econômica trazem para o resultado da pesquisa científica⁹. Suas influências ramificam-se e complexificam-se à medida que se mergulha em assuntos espinhosos para a ciência econômica, como o caso das interpretações do funcionamento do mercado financeiro e de suas implicações para a dinâmica da economia. Neste trabalho, tendo como ponto de partida as afirmações contidas na última frase do parágrafo anterior, a pesquisa se debruçou sobre este tema e foram eleitas para observação as seguintes referências teóricas: a Hipótese dos Mercados Eficientes, a categoria capital fictício, de

número de engenheiros e físicos se juntaram à profissão [...] Keynes representou uma reação à primazia do método hipotético-dedutivo na teoria econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2009, págs. 163-4).

⁷ Ver a este respeito Hands (2001) e Bunge (1980).

⁸ A primeira auto-intitulada escola de economia já identificava a relevância da discussão a respeito da relação entre sujeito e objeto, quando tentava inserir o positivismo em suas investigações. Smith se ocupou durante muito tempo de sua vida em encontrar os verdadeiros sentidos do que movem o filósofo, como no ensaio sobre a influência que a natureza e a causa de três sentimentos humanos (*wonder, surprise e admiration*) têm sobre determinada psicologia do conhecimento, ou mesmo sobre sua construção feita no capítulo V da “Riqueza das nações”, sobre os estágios (a)históricos em que qualquer sociedade se encontra (da caça, agrícola, pastoreio e da manufatura), ou ainda sobre aquilo que viria a ser objeto de debate sobre a ontologia do ser social. Sobre método em Smith ver, por exemplo, Brown (1994). Sobre ontologia, é necessário se reafirmar que “na filosofia da ciência, é possível falar sem exagero em um consenso segundo o qual diferenças substantivas entre teorias ou sistemas teóricos e, por extensão, entre modos radicalmente distintos de figurar o mundo são resolvidos no plano ontológico. Essa verdade está presente até mesmo nas teorias da ciência ortodoxas contemporâneas mais difundidas, como as de Kuhn e de Lakatos, ainda que os autores, com o relativismo ontológico que consciente ou inconscientemente advogam, não consigam enunciar esse conteúdo evidente de suas teorias” (DUAYER, 2012, pág. 39).

⁹ A esse respeito ver, por exemplo, Bresser-Pereira (2009) e Mazzucchelli (2003).

Marx, e os aspectos centrais que definem os pós-keynesianos como corrente herdeira da tradição keynesiana¹⁰. O objetivo deste ensaio, muito mais do que apontar certezas, é, portanto, evidenciar, especificamente para o caso das três correntes citadas que têm o funcionamento do mercado financeiro como objeto, as estreitas relações entre a estrutura teórica e o método desenvolvido para interpretar os fenômenos reais.

No próximo item o enfoque será dado ao núcleo duro do método presente naquilo que pode ser considerada como teoria econômica do *mainstream*. Serão evidenciadas relações entre a chamada revolução marginalista e o positivismo, a tentativa de desassociar sujeito e objeto, e entre aquelas relações e a Hipótese dos Mercados Eficientes, por esta ser uma forma de interpretação caudatária da ortodoxia que direciona suas preocupações à compreensão dos significados do mercado financeiro. Como se verá, o ponto de partida é a noção de que o apriorismo contido na revolução marginalista, sustentado no positivismo e na tentativa de utilizar na investigação das ciências da sociedade os mesmos caminhos metodológicos na condução da pesquisa científica nas ciências da natureza, condiciona grande parte dos resultados teóricos e é incompatível com a perspectiva de encontrar explicações para os fenômenos na identificação das contradições que cercam sua existência, já que a incerteza/indeterminação, nesse caso, é inerente ao ponto de partida.

No terceiro item será tratado o olhar marxista da impossibilidade de dissociação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento. Ainda que por meios distintos, também nessa corrente os caminhos indicados pelo método, o materialismo histórico dialético, são essenciais à elaboração da teoria, ao mesmo tempo em que se entrelaçam nela. A categoria capital fictício foi eleita por tratar-se, por excelência, da compreensão de Marx sobre o mercado financeiro e de suas influências na dinâmica econômica, e por sua construção evidenciar, entre outras coisas, a impossibilidade de compreendê-la fora de seu período histórico e de uma construção social, e por explicitar relações entre a parte e o todo, em Marx.

No item quatro será abordada a essência da corrente pós-keynesiana, suas relações com tentativas de compreender as contribuições da teoria keynesiana e o método próprio de Keynes. Argumenta-se que também Keynes enxerga problemas na metodologia marginalista e propõe olhares distintos e o reconhecimento da impossibilidade de dissociação entre sujeito e objeto, e também ali

¹⁰ Como se depreende, as referências teóricas são afiliadas de três grande correntes: a marginalista-neoclássica, a marxista e a keynesiana. Acredita-se que a Hipótese dos Mercados Eficientes é relevante para se encontrar evidências relacionadas ao objeto deste trabalho por ser legítima herdeira da tradição ortodoxa. O mesmo acontece com as outras duas, relacionadas, respectivamente, aos debates infra e intra a marxismo e keynesianismo. E, se existe uma percepção em que parece haver pouca discordância entre estudiosos a respeito da relação entre método e ciência nas visões de Keynes e de Marx – assunto e cientistas altamente controversos –, é a interpretação de que a opção pelo método condiciona grande parte dos desdobramentos de qualquer investigação científica. Não se quer, com os argumentos que seguem, buscar solução para a tese kuhniana de que não é possível encontrar um algoritmo suficiente para permitir conciliar diálogos sobre método, ainda que sob aspectos primários.

está presente a correlação entre desenvolvimento da estrutura teórica e definição do método. As construções pós-keynesianas sobre o papel da moeda, sobre a influência da incerteza e sobre a irreversibilidade do tempo histórico, além de comporem olhares *sui generis*, apontam para a incompatibilidade com vários elementos presentes no método e na teoria marginalista.

Por fim, serão feitas as considerações finais.

2. Métodos e teoria econômica na ciência do *mainstream*¹¹

Uma das grandes dificuldades da filosofia da ciência sempre foi encontrar uma saída para eliminar, reduzir ao mínimo possível, ou mesmo interpretar profundamente a influência do olhar do observador sobre o objeto de estudo. Em uma leitura mais geral, nas ciências da humanidade, o positivismo buscou resolver a questão sob as seguintes premissas: primeiro, na tentativa de conceber cientificidade, associou o objeto das ciências sociais ao das ciências naturais e ao modo como se opera o tratamento naquele ramo da ciência, e, por isso, estimulou a crença de que tanto a economia como a sociologia são reguladas por leis pétreas que existem independentemente da vontade humana, assim como ocorre com a lei da gravidade ou com o movimento da Terra em torno do sol¹²; segundo, e como desdobramento, os procedimentos metodológicos das ciências sociais devem seguir os mesmos utilizados tanto na física quanto na biologia¹³, da astronomia *etc.*; por último, assim procedendo, e para eliminar qualquer elemento de subjetividade na análise, tal forma de olhar excluiria qualquer juízo de valor, seria neutra e despojada de ideologias e utopias¹⁴.

A economia política da revolução marginalista nasceu, afirmou-se e consolidou-se carregada destes princípios metodológicos. A associação ocorreu não somente de forma consciente, mas, como afirmação e coparticipação na fundamentação e solidificação da escola positivista¹⁵. Parece haver

¹¹ Para compreender o sentido de *mainstream* utilizado neste trabalho, ver Possas (1997).

¹² Condorcet acreditava que o pensamento de Galileu não deveria limitar-se às “ciências físicas” e da “matemática”.

¹³ Como na “fisiologia social”, ou no “corpo social”, de Saint-Simon, ou mesmo nas analogias que vieram posteriormente em outros pesquisadores.

¹⁴ Segundo Comte, não se trata de excomungar a existência de fatos políticos, presentes que estão em qualquer ramo da ciência, mas, simplesmente, de encará-los como temas a serem observados. Auguste Comte é considerado o pai do positivismo e foi quem cunhou o termo “sociologia”, mas, a paternidade da disciplina sociologia, enquanto ramo da ciência, é atribuída a Durkheim. Não se olvida aqui que existem distinções entre autores, correntes e períodos dentro do positivismo, e mesmo sobre aqueles que foram significativamente influenciados por ele, como nos casos de Weber e mesmo de certos marxistas. Ao mesmo tempo, é fundamental recorrer aos enciclopedistas e ao próprio iluminismo para se compreender toda a sua formação e alcance. Também é preciso recordar que aquilo que havia de dimensão revolucionária no positivismo de Condorcet e de Saint-Simon, posta na associação entre o plano das ideias e no combate à ordem feudal e absolutista pela defesa da burguesia, se esvai com o pragmatismo de Comte e transforma-se no conservadorismo legitimador da ordem burguesa quando esta se instaurou (LÖWY, 1994). Inclusive, para algumas questões que nos interessam em pesquisa futura, o positivismo de Comte parece ser interlocutor, já que naquele estudioso estava presente a noção de que a concentração de capital deveria ser fundamentada e explicada como resultado de leis naturais, além de ser considerada como fator positivo para o que ele considerou como “sistema de sociabilidade moderno”.

¹⁵ Jean-Baptiste Say era não somente próximo e interlocutor de Comte, mas, também, defensor da ideia de que as ciências naturais devem ser parâmetro para a condução da metodologia da economia política. A própria formulação do conceito

uma relação indissociável entre o positivismo comtiano, enquanto método científico, e o arcabouço teórico do marginalismo, que tanto influenciou economistas, e que serve de base, explícita ou implícita, para grandes correntes de pensamento econômico em mais de cem anos, ou seja, da sua fundação aos dias atuais¹⁶.

Desde sua essência, a chamada revolução marginalista, que tem como expoentes Marshal, Jevons, Walras e Menger, nega a tradição do valor-trabalho, que surge já na fisiocracia, com o par terra-trabalho, ganha corpo em Smith, sofre alterações em Ricardo, e solidifica-se em Marx, com diferenças substantivas entre eles. E esta não parece ser um mero acidente de percurso, senão uma opção teórico-metodológica, revelada sobretudo através da interpretação de que aquela tradição de interpretação do valor está carregada/eivada de ideologia. Em sua obra, Marx buscou expor estas relações, bem como impactos resultantes delas, e, apesar de não elaborar uma teoria do conhecimento, em separado, utilizou-a na construção da teoria¹⁷.

A tradição anterior ao marginalismo, da fisiocracia a Marx, localizava na história, cada um a seu modo, as relações sociais e econômicas que observava, distinguia classes (proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores) e associava as diferentes rendas aferidas a cada uma dessas classes. Essa forma de elaborar o caminho a ser percorrido na construção do conhecimento condicionava grande parte do resultado, se não dos desdobramentos, mas, dos rumos e associações (BLAUG, 1993). Podemos afirmar que a existência de vários olhares sobre essa questão resulta em interpretações as mais diversas. Veja-se dois exemplos. Por um lado, a leitura historicista afirma que essa forma de agir imprime maior grau de cientificidade e legitimidade, ao mesmo tempo em que permite localizar no tempo e no espaço os aspectos particulares e que não inibe o reconhecimento do que é geral, que ultrapassa fronteiras do tempo e do espaço. Por outro, quanto mais mergulhamos no positivismo, maiores as tentativas de atribuir universalidade atemporal aos pressupostos¹⁸.

A tentativa realizada pelos caudatários do utilitarismo presente em John Stuart Mill, Say, Bentham e Senior, de imprimir cientificidade à economia política faz coro com esta última perspectiva. Ao partir da suposição de que uma teoria das ciências da sociedade não requer, necessariamente, de pressupostos reais, mas, de uma maior capacidade de prever os fatos observáveis

de utilidade, tão cara ao corpo teórico associado ao marginalismo, surge bem antes da consolidação do positivismo, mas, contém nela toda uma carga de elementos que foram utilizados para sustentar a construção positivista. Para relações entre a teoria neoclássica e o positivismo, ver Ganem (2003).

¹⁶ Ver, por exemplo, as teses de *efficiency wages*, a contraposição entre *insiders versus outsiders* e suas relações com o poder de negociação do trabalho (CUNHA, 2013).

¹⁷ Pode-se afirmar, sem receio de equívocos, que Marx foi o único dos autores e corrente citados que se debruçou com afinco sobre a necessidade de elaborar normas precisas para a organização de um pensamento que pudesse construir o conhecimento. Ver, por exemplo, Löwy (2000).

¹⁸ Ver, por exemplo, Bresser-Pereira (2009).

no dia-a-dia, como sugere o realismo¹⁹, os teóricos do marginalismo abusaram da generalização. Assim, surgem certas criações, gerais e universais, à moda do princípio metodológico de limitar (descomplexificar) as características do objeto para permitir sua utilização como referência. Como o “homem econômico”²⁰, elaboração apriorística e axiomática, elevada à condição de característica essencial-natural de todo indivíduo que, tendo em vista o objetivo de maximizar seus interesses econômicos, procura reduzir ao máximo sua dor e aumentar ao máximo o prazer, ao obter coisas úteis que o permitem adquirir a maior quantidade possível de riqueza, independentemente da época e da localização deste indivíduo.

Várias podem ser as análises a respeito da influência do constructo marginalista-neoclássico para as ciências econômicas²¹, mas, para o que interessa neste trabalho, serão evidenciados três resultados das imbricações entre seus movimentos metodológicos, as opções teóricas e as decisões ideológicas. Primeiro, a tentativa de copiar as ciências da natureza e identificar nas ciências da sociedade algo como o átomo (“homem econômico”), igualou capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra em torno de uma unidade básica, o que significa dizer que, entre outras coisas, desassociou a origem da renda à “função” do indivíduo na sociedade, eliminou o aspecto histórico da divisão de classes e “naturalizou” a acumulação de capital e grande parte que a ela pode ser associada, pois que se trata de uma propensão inata, imanente, inerente a todo e qualquer indivíduo. Como aponta Mazzucchelli (2003), a escolha por eliminar os aspectos históricos e sociais e refundar o individualismo metodológico, significa também romper com a teoria do valor-trabalho, filiar-se ao utilitarismo²² e, ideologicamente, elevar ao centro do pensamento a noção de que cada indivíduo extrai do produto da sociedade nada mais e nada menos do que o resultado da contribuição que forneceu ao processo produtivo, o que exclui, dentro da ciência econômica – agora considerada pura –, o debate sobre a necessidade/desnecessidade de políticas de distribuição de renda.

Sob este ponto de vista, e para o aspecto da valorização financeira, em específico, constata-se, como observou Fama (1970), que as rendas obtidas são resultado de escolhas mais ou menos eficientes dos indivíduos, e, o que é mais interessante, de acordo com o desejo do indivíduo em trocar

¹⁹ Ao melhor estilo do falsacionismo popperiano, fortemente presente em Friedman, o que comprova valor científico a qualquer teoria é se suas hipóteses são comprováveis empiricamente. Por essa corrente de pensamento, o máximo que se pode verificar sobre a teoria é se ela é (não) falsa, nunca se é verdadeira, e é o teste empírico sobre os resultados práticos, e não uma avaliação dos pressupostos, o referencial para tal verificação.

²⁰ A construção teórico-filosófica do *homo economicus* já estava presente, sob alguns aspectos, em Smith, foi ratificada, e, de certa forma, retificada, por Ricardo e foi essencial para grande parte da fundamentação de John Stuart Mill. Naquele longo período da história, desde Smith até os marginalistas, os estudos sobre a conduta humana, particularmente naqueles aspectos que interessavam à economia, e, mais ainda, àquele edifício teórico que, de alguma forma flertava com as teses do *homo economicus*, se diversificaram e o próprio conceito se metamorfoseou. A este respeito ver Blaug (1994).

²¹ Ver, por exemplo, Mazzucchelli (2003) e Possas (1997).

²² De acordo com o marginalismo, o valor de cada coisa produzida é formado no mercado e não no momento da produção, já que é a utilidade que determina a proporção em que as trocas são realizadas.

o prazer do tempo gasto no trabalho para obter renda²³ com o prazer de não fazer nada, ou mesmo de desfrutar da companhia de outras pessoas, de obter lazer, enfim. Como desdobramento da combinação entre maximização e eficiência, tanto a discussão sobre benefícios ou malefícios da concentração e a centralização de capitais não faz o menor sentido quanto a intenção de se procurar por influências negativas do desenvolvimento do (livre) mercado financeiro. Assim, a própria noção de que as escolhas dos indivíduos proporcionam o melhor resultado para a sociedade desqualifica questionamentos sobre a dinâmica das interações próprias de uma sociedade multifacetada.

Segundo, ocorre um deslocamento daquilo que era o objeto de estudo da economia política. Se interessava a boa parte da economia política entender como era gerado crescimento econômico e, por desdobramentos, qual a origem do valor²⁴, a teoria da suposta isenção de juízos de valor asseverou para grande parte da atual geração de economistas que o profissional competente da área deve se ater apenas a compreender como ocorre a melhor alocação de recursos escassos. E também permitiu fazer, por meios teóricos, inclusive, uma defesa ideológica mais visceral da liberdade para as atividades próprias do mercado, do trabalho assalariado e da propriedade privada²⁵.

Terceiro, existe um ponto de partida altamente reducionista e que condiciona todo o resultado da análise do economista: o fato de, ao modo do equilíbrio estático e dinâmico da física e da mecânica, da homeostasia sistêmica na fisiologia, a economia também tender para um equilíbrio. O sistema de equações walrasiano é exemplo claro. A premissa inicial de que o equilíbrio marshalliano funciona, ou de que as forças de oferta e de procura de um mercado, condicionadas pelas escolhas eficientes dos indivíduos, forcem para uma situação de equilíbrio em um mercado, e que pode ser expandido para a economia como um todo, faz com que as opções dos indivíduos em busca do maior lucro, maior salário, maior aproveitamento de tempo, máquinas *etc*, levem a que as taxas de juros tendem a se igualar nos diferentes mercados, e tudo o mais. Se existe um mercado em que os salários e/ou os lucros estejam maiores, significa que existe um ou mais mercados em que aqueles preços estão menores, o que vale não somente para fatores de produção, mas, também, para mercadorias²⁶. Estes argumentos perpassam várias teses:

A interdependência dos mercados mobiliza esforços teóricos desde os primórdios da teoria econômica. Walras resolve a equação aparentemente insolúvel de Cournot de que alterações na renda

²³ Seja esse trabalho do capitalista ou do trabalhador, executado na indústria, no comércio, ou mesmo na preparação para detectar o melhor momento para comprar e vender títulos e ações.

²⁴ As origens da economia política, de acordo com Coutinho, sofrem influência do racionalismo e do iluminismo, do crescimento do debate a respeito da efervescente vida comercial de então e do liberalismo econômico e político. E, como aponta o autor, disto “trata a nascente disciplina da economia política: das relações entre os homens, na reprodução da vida material” (COUTINHO, 1993, pág. 17).

²⁵ Existem diferenças entre autores e correntes dentro do marginalismo. Marshall, por exemplo, apesar de defender a livre iniciativa e o que ele chamava de indústria, entendia que o capitalismo provocava a incidência de males, como as gritantes desigualdades sociais, e acreditava que algumas ações deveriam ser tomadas, inclusive pelo estado, para criar uma justiça social, ainda que causasse certa limitação à livre iniciativa.

²⁶ Ver, por exemplo, Canuto (1997) e Mazzucchelli (2003).

de um determinado produtor podem afetar a demanda por outros produtos, indeterminando, inclusive, o nível de procura pelos bens daquele mesmo produtor. A solução dada parte de modelo abstrato que vislumbra a existência de equilíbrio de pleno emprego, em estado ideal, não real. Pela identidade de Walras, ou lei de Walras, se dois mercados estão em equilíbrio – sejam eles de bens, serviços, fundos emprestáveis –, um terceiro também estará. Mesmo sendo um modelo abstrato, serve de sustentação para intervenções na realidade, como a chamada síntese neoclássica e o modelo IS/LM, proposto por Hicks, e sua derivação, o de longo prazo de Patinkin. Mesmo a crítica aos modelos walrasianos da síntese neoclássica, os chamados desequilibristas, acreditam que o sistema de preços ajustado pode levar ao equilíbrio walrasiano de longo prazo. Também os modelos das expectativas racionais, como em Lucas e Sargent, que fazem a crítica à versão friedmaniana da curva de Phillips, das expectativas adaptativas, inserem a possibilidade de antecipação dos agentes racionais às medidas exógenas e a tendência ao equilíbrio entre o mercado de bens e o financeiro (CUNHA, 2013, pág. 107).

Condições necessárias e pressupostos condicionam o resultado na medida em que toda e qualquer relação de causa e consequência precisa ter como referência um condicionante final já pré-estabelecido, o que implica em pré-definir grande parte dos movimentos dos objetos de estudo. Restringem também, pois não permitem que outras características e relações possam ser percebidas e utilizadas para identificar comportamentos e possíveis dinâmicas resultantes de interações destas observações. Ao mesmo tempo em que não abre espaços para incertezas e para mudanças no objeto e no todo pesquisados²⁷. No item a seguir, serão detalhados aspectos e relações entre sujeito e objeto na construção de uma teoria sobre o funcionamento do mercado financeiro, caudatária do marginalismo.

2.1 Pressupostos e teoria: a Hipótese dos Mercados Eficientes e a confirmação de um resultado anunciado previamente²⁸

As influências da construção teórica marginalista-neoclássica podem ser encontradas em todos os ramos da teoria econômica, nos mais diversos períodos que ilustram os últimos mais de cem anos. Nos assuntos relacionados ao mercado financeiro não poderia ser diferente, e, se se busca em teses consideradas hegemônicas e mais bem aceitas no meio acadêmico²⁹, pode-se encontrar imbricações claras, sem maiores elucubrações e análises de discursos, entre a espinha dorsal de teses e o constructo marginalista-neoclássico.

Como discutido em Cunha, nas “últimas décadas em que o capital fictício tem ampliado suas influências sobre as decisões econômicas, ganharam espaço no ambiente de mercado e na teoria

²⁷ Ver Mazzucchelli (2003) e Löwy (2000). A crítica keynesiana à determinação da taxa de juros na teoria neoclássica evidencia o quão dependente ela é das teses do equilíbrio.

²⁸ Cunha (2013), referência para boa parte do que vai exposto neste item, discute relações entre as teses da Hipótese dos Mercados Eficientes, a teoria da agência, os processos de concentração e centralização de capitais, a governança corporativa, a formação de *holdings* e a valorização produtiva e financeira.

²⁹ Para a questão da hegemonia no meio acadêmico, tome-se como referência a avaliação do CNPq e Qualis/Capes sobre a qualidade de revistas que aceitam artigos científicos sobre o mercado financeiro e o teor neles presente. Sobre a influência, inclusive, no diálogo entre as teorias ver, por exemplo, Possas (1997).

econômica as noções de que os mercados são, por hipótese, eficientes” (CUNHA, 2013, págs. 166-7), e elas são reforçadas na chamada Hipótese dos Mercados Eficientes (HME), boa referência de como o arcabouço ortodoxo trata interações entre mercado financeiro e a dinâmica da economia. A HME é caudatária da hipótese das expectativas racionais³⁰, aplicada ao mercado financeiro³¹, e ambas partem dos seguintes pressupostos: o mercado é constituído por agentes que têm o mesmo comportamento diante de determinada informação³²; e eles são racionais e maximizadores de sua função-utilidade a partir de toda a informação que possuem³³.

Ambos pressupostos são exatamente idênticos aos do marginalismo e sustentam-se em suas bases. Implicam, como desdobramento, que há uma tendência no mercado financeiro, sempre, para uma situação em que o título será remunerado de acordo com aquilo que ele, efetivamente, vale, dadas as informações disponíveis. O preço do título seria reflexo de seu valor real, que está em função direta de seu risco. Assim, inexistente a possibilidade de ganhos anormais, que são aqueles acima do possível, dado o risco de determinado ativo.

Por este raciocínio, não cabe ao mercado financeiro outro resultado senão o de ser, indiretamente, um fomentador consciente sobre a melhor utilização de um capital³⁴. E passa a ter, ainda, a função de equalizar poupança e investimento da maneira ideal para promover o desenvolvimento de um país, já que, além de todas as qualidades anteriores, ainda privilegia

³⁰ Ver Fama (1970).

³¹ Fox (2010) lembra que a transferência de uma teoria para outra disciplina – no caso as expectativas racionais para a hipótese dos mercados eficientes, a ser aplicada às finanças –, perde em conteúdo, mas, ganha em intensidade. Sugere o autor que foi isto que aconteceu quando Jensen e Meckling (1976), tentaram fazer a “importação” teórica.

³² Pela lógica da HME, a racionalidade presente, dado o acesso simétrico às informações, implica na impossibilidade de um aplicador obter ganhos recorrentes acima da média, já que não se pode vencer o mercado continuamente.

³³ “Before turning to the empirical work, however, a few words about the market conditions that might help or hinder efficient adjustment of prices to information are in order. First, it is easy to determine sufficient conditions for capital Market efficiency. For example, consider a market in which (i) there are no transactions costs in trading securities, (ii) all available information is costlessly available to all market participants, and (iii) all agree on the implications of current information for the current price and distributions of future prices of each security. In such a market, the current price of a security obviously ‘fully reflects’ all available information” (FAMA, 1970: pág. 387). O autor destas considerações ajudou a desenvolver a HME. Nas décadas de 80 e 90, vários estudos foram feitos no sentido de questionar ou de aprimorá-la, como o que trata das finanças comportamentais. Para Fox, “já na década de 1970, economistas dissidentes e professores de finanças começavam a questionar a teoria dos mercados racionais, para expor suas inconsistências teóricas e falta de embasamento empírico. No final do século, eles já haviam derrubado a maior parte de suas bases de sustentação. No entanto, não havia qualquer substituto convincente, por isso os mercados racionais continuaram a informar as discussões do público e as políticas de investimentos privados durante boa parte da primeira década do século XXI – até a derrocada dos mercados, em 2008” (FOX, 2010, pág. 16). Ao que tudo indica, pouca coisa mudou profundamente e as influências ainda são significativas.

³⁴ De acordo com Fama (1970), existem três formas de eficiência de mercado: a fraca, a semiforte e a forte. A primeira se verifica quando os preços vigentes refletem as informações contidas nos preços passados, ou, que a evolução dos preços passados não serve como indicador do comportamento dos preços futuros. A semiforte indica que além de refletir os preços passados, os preços atuais são resultado de agregação de novas informações, por exemplo, os lucros e a distribuição dos dividendos, e, portanto, que os preços dos ativos se ajustam quase que automaticamente às informações pertinentes. Por último, a forma de eficiência forte implica não somente na obtenção das informações de acesso público, mas, de todas aquelas disponíveis, inclusive as privilegiadas. O autor queria, com isto, afirmar que se existe alguma diferenciação no mercado que fuja às suas conclusões, elas estão associadas a condições exteriores aos pressupostos elencados anteriormente. De certa forma, adequa-se à tese dos fundos emprestáveis.

tecnologias mais eficientes e produtivas. Nestas condições, tanto o empresário que possui informações altamente sofisticadas quanto o investidor inexpressivo e que desconheça qualquer informação podem se basear no comportamento dos preços. O que significa que em um mercado eficiente, o retorno esperado por determinado ativo é exatamente igual ao custo de oportunidade pelo uso do montante em questão e que seu preço reflete mudanças reais e não meramente inflação de ativos. Ou, dito de uma forma que evidencia a equivalência entre esta leitura e o marginalismo: preços e quantidades de equilíbrio são reflexo das escolhas de indivíduos livres. Também juros são equivalentes a lucros, dada a plena mobilidade dos fatores de produção.

Fox (2010) percorre um caminho interessante para apontar como a HME foi plantada no seio das finanças e da teoria econômica, nos EUA. O relato evidencia, além da influência de Friedman e da Escola de Chicago, as relações estabelecidas por Jensen e Meckling (1976) entre a necessidade de priorizar os ganhos do acionista e o papel de uma suposta saudosa liberdade no mercado financeiro como forma de premiar as “boas” administrações. As aquisições hostis³⁵ (chamadas *takeovers*) e o mercado dos *junkbonds* (os títulos de alto risco e alto retorno) para financiar empresas que não encontrariam credores pelo método tradicional também ajudaram para disseminar a noção de mercados eficientes e para solidificar nos corações e mentes as possíveis relações descritas por Jensen e Meckling³⁶.

Assim, os benefícios da liberdade de mercado, pressuposto – como condição necessária – e conclusão – enquanto resultado de investigações supostamente livres de qualquer juízo de valor –, denotam o quanto o mercado financeiro sem interferências pode trazer benesses para a sociedade, mesmo quando tudo parece apontar para o desastre, como a valorização de ações de empresas não tão sólidas economicamente³⁷. Por essa ótica, relações entre a HME e a lógica da valorização do acionista interferem positivamente no sentido de privilegiar a valorização financeira do capital³⁸. A

³⁵ A aquisição com a finalidade de diminuir custos e cortar gastos, reduzindo o número de funcionários, fatiando a grande empresa em menores que passam a ser mais atrativa ao mercado fornece uma situação em que, quando se tornou medida comum, não implicava em um jogo de soma zero, como está posto na HME. Outro exemplo vem da reestruturação aplicada em função da exigência de promover determinada valorização das ações³⁵ e resultado de processos como a terceirização, que, grosso modo, reduz o número de trabalhadores contratados pela empresa, ou da tentativa de aumentar a produtividade, que pode produzir, porém, efeito contrário no longo prazo (PLIHON, 2003; CUNHA, 2013).

³⁶ Sobre este aspecto, realça Fox (2010): “Quando o presidente da SEC no governo Reagan começou a demonstrar, em voz alta, sua preocupação com os perigos das aquisições de empresas, o secretário do Tesouro Donald Regan, ex-CEO da Merrill Lynch, deixou bem clara a posição do governo de que essas aquisições eram ‘benéficas’ e ‘fornecem’ o meio – e às vezes o único meio viável – de se policiar a administração das SAs de capital muito disperso. Alguns meses mais tarde, o Relatório Econômico Anual do presidente incluía um capítulo inteiro intitulado ‘O Mercado para o Controle das Empresas’ – escrito por alguém do Departamento de Economia da Universidade de Chicago” (FOX, 2010: pág. 208).

³⁷ Como a discussão sobre os modelos de precificação de ativos ou as finanças comportamentais, ou sobre a afirmação do próprio Eugene Fama, décadas depois de seu primeiro artigo, de que, na verdade, os valores dos títulos e, portanto, suas variações e a capacidade interpretativa do mercado, refletem as informações disponíveis. Para o detalhamento da HME ver Pereira & Urpia (2011).

³⁸ Nesta leitura, o acionista em questão não é, necessariamente, aquele capitalista que tem a intenção de produzir e que não possui todo o capital necessário e, portanto, associa-se a outro, anonimamente. Este acionista é, principalmente, aquele que “joga” no mercado financeiro com a desenvoltura de um investidor institucional ou de uma grande corporação.

HME fornece para os teóricos da agência uma plataforma ideal que resolve boa parte dos problemas advindos da separação entre proprietário e gerente, e também àqueles que pretendem a valorização financeira, uma ideologia a ser disseminada.

Ao identificar os mercados – essencialmente o financeiro – como o ambiente mais adequado para garantir que a remuneração do capital investido, necessariamente, ocorrerá, e na dimensão mais próxima do que deveria, efetivamente, ser, a HME funciona como um amálgama, que une, relacionando, a teoria da agência com a maximização do valor do acionista e a governança corporativa em torno do processo de ampliação das influências do que Marx definiu como capital fictício. Dito de outra forma, se a pulverização das ações favorece a maximização dos interesses do diretor da empresa – e estes estão em desalinho com a vontade dos acionistas –, a chamada boa governança corporativa precisa estar associada, necessariamente, à institucionalização de um mercado financeiro com plena fluidez de informações, pois este possui o olhar fiscalizador ideal – como a interpretação mais rastaquera da “mão invisível” smithiana – para garantir que os administradores agirão no sentido de maximizar o valor do acionista (CUNHA, 2013). Pressuposto e conclusão se confundem em argumentação que gira em torno de um eixo pré-estabelecido.

Esta é uma dedução feita a partir do que foi demonstrado por um olhar ortodoxo, baseado nas premissas anteriormente relacionadas sobre a existência da HME. As teses de eficiência do mercado financeiro servem ao propósito principal de liberalização, de retirada de amarras sobre as negociações, já que a suposta racionalidade seria garantidora de resultados positivos para a sociedade. Por mais que não se possa atribuir toda a responsabilidade apenas a uma construção teórica, podemos afirmar, sem receio de exageros, que a liberalização financeira que assolou as economias mundiais foi influenciada pela crença em lucros maiores e na capacidade dos mercados de promover o desenvolvimento econômico³⁹.

3. Relações entre método e teoria em Marx: significados de capital fictício⁴⁰

Se existe algo de comum (se podemos dizer assim) entre a revolução marginalista e Marx talvez seja a preocupação com a associação entre método e teoria no momento de condução dos caminhos que levam à construção do conhecimento. Porém, o que há de comum se encerra rapidamente. Aquilo que a revolução marginalista aceita como necessidade de interlocução com Marx restringe-se à imperiosa obrigação de expurgar os aspectos não econômicos na discussão sobre o

³⁹ Como exposto por Belluzzo (2013).

⁴⁰ A maior parte da apresentação da teoria marxista sobre capital portador de juros e sobre capital fictício foi primeiramente desenvolvida em tese de doutorado de Cunha (2013).

objeto, proposta pela economia política, como na negação do duplo caráter do valor, atribuindo somente ao valor de uso e, portanto, à utilidade, a determinação do valor das coisas, com a intenção de extirpar do debate econômico a relação entre a quantidade de trabalho necessário e a proporção às quais são trocadas as mercadorias⁴¹.

Por uma questão cronológica, o diálogo proposto por Marx é feito com os antecessores de Menger, Jevons, Marshall e Walras, embora faça parte da extensa obra de Marx o debate com vários elementos presentes na metodologia marginalista, como o positivismo, o idealismo e a lógica cartesiana. Um dos aspectos centrais do materialismo histórico dialético é a transgressão feita por Marx ao idealismo hegeliano. Em Marx, a definição do método do conhecimento não ocorre independentemente da definição do objeto do conhecimento, o que elimina a necessidade de separação entre sujeito e objeto, diferentemente da perspectiva hegeliana, em que a razão consegue explicar a própria realidade, por conta do Espírito do Mundo, a razão, a ideia.

Marx parte da dialética hegeliana, da identidade dos opostos, produzida pela conexão entre o momento da afirmação, a tese, da negação da afirmação, a antítese, e culmina com a síntese, que é a negação da negação, que parte da antítese e elimina a oposição entre esta e a tese⁴². Porém, ele a subverte, e a compreende como unidade dos contrários, pois a existência material precede as ideias, ou seja, a realidade social não tem sua essência na consciência que os indivíduos têm dela, mas, na representação da ação concreta, material, dos homens, no trabalho humano, e, por isso, a dificuldade em separar sujeito e objeto⁴³. Logo, o ponto de partida é a realidade empírica, concreta, que serve de referência para se promover a coleta de informações e de experiências sensoriais, é o momento de ida do concreto real para o abstrato.

A essência dessa realidade pode ser obtida através da análise crítica e de seleção, e de abstrações, das informações e das experiências⁴⁴. Assim, se pode exprimir as primeiras elaborações e explicações teóricas, e é o caminho de volta, do abstrato ao concreto pensado, porém, essa volta não é trivial, já que as categorias abstratas, elaboradas, não são identificáveis na realidade sem que se façam as devidas mediações, o concreto pensado não é o concreto real. Esta forma de encaminhar a

⁴¹ Como é sabido, são diferentes os objetivos de Marx e dos marginalistas quando discutem a necessidade de encontrar o valor das mercadorias.

⁴² A dialética é o movimento de embate contraditório dentro das unidades que a cada nova fase nega e supera aquela anterior, num fluxo contínuo de superação-renovação. O *ser*, puro e livre de atributos, é a categoria mais abstrata, que está presente na tese; a negação da negação é a mediação, dada pelo *não-ser*, o nada; e na síntese ocorre o *dever*, resultado da mescla das anteriores.

⁴³ Em Marx, os homens produzem, indiretamente, sua vida material quando produzem seus meios de subsistência.

⁴⁴ De acordo com Marx, é louvável em Hegel a procura pela explicação mais plausível da realidade a partir da negação de observações imediatistas, porém, o idealismo presente em Hegel e nos hegelianos promove a separação entre a materialidade e a essência. Enquanto em Hegel a oposição presente em cada movimento marcado pela contradição na tese, na antítese e na síntese é mediada pela reflexão e abstração, em Marx é o aspecto da materialidade o mediador. Na dialética marxista está posta a impossibilidade de uma ciência neutra e apolítica.

pesquisa tem validade para todos os âmbitos que envolvem o metabolismo próprio do capital, encetados pelo processo de valor em busca de valorização, mesmo aquela que acontece, de forma real ou fictícia, no ambiente de negociação de títulos e ações.

Os motivos que levam economistas a utilizar a expressão “capital financeiro” é exemplo contundente de como relações entre metodologia e teoria econômica implicam em interpretações antagônicas sobre fenômenos reais, explicitando o fosso que distancia a teoria econômica ortodoxa da heterodoxa⁴⁵. Estes motivos também são responsáveis por aproximar análises de economistas caudatários da teoria keynesiana e herdeiros da tradição marxista. Curiosamente, essa mesma expressão e seus significados conduz a uma série de controvérsias, seja entre marxistas e keynesianos ou mesmo dentro das referidas correntes teóricas. Nesta parte do trabalho, o objetivo específico é promover a interação entre o objetivo geral e a teoria e o método marxistas, porém, a própria controvérsia sobre os significados de “capital financeiro”⁴⁶ dificulta a atividade. Por esta razão, e porque a influência do dinheiro – e suas formas assumidas no capitalismo – tem ganhado muita atenção dos economistas de tradição marxista, partiremos da categoria capital fictício e suas relações com a busca por valorização, como uma forma que é do capital. O dinheiro e suas funções, tratado de maneira exógena pela ortodoxia, apresenta-se como elemento central na teoria marxista da explicação das leis de funcionamento do capitalismo⁴⁷ e na compreensão das categorias de capital portador de juros e capital fictício.

Como o demonstra Marx, mesmo em uma economia mercantil simples, na separação entre o desejo de vender e o de comprar, quando intermediada pelo dinheiro, já estão postas características germinais do papel “instabilizador” do dinheiro⁴⁸. Porém – e talvez por isso –, ao mesmo tempo em que é o germe para a instabilidade, esse mesmo dinheiro – e suas funções – possibilita a expansão da atividade econômica, tanto na esfera da produção quanto na da circulação. A capacidade de compra e de venda com a intermediação do crédito é exemplo disto, momento em que o dinheiro funciona não apenas como mediador do processo de circulação. Porém, a utilização do empréstimo estimula a substituição ampliada do dinheiro por instrumentos de crédito, e o desenvolvimento mesmo de um

⁴⁵ Os motivos podem ser identificados, grosso modo, com a tentativa de explicar a influência do crescimento da influência do mercado financeiro que se desenvolveu a partir dos anos 1960 na economia mundial.

⁴⁶ Controvérsia que chega aos nossos dias na forma de vários debates, como aqueles sobre a existência ou não de uma financeirização da economia, ou sobre a certa dominância do capital financeiro. Veja-se, por exemplo, as explicações divergentes de Chesnais (2005), Lapavistas (2009) e de Carcanholo e Sabadini (2009) para a existência ou não da categoria “capital financeiro”.

⁴⁷ O papel do dinheiro remete a todo um debate extenso, mesmo se se o restringe somente ao círculo de discussões dentro de correntes consideradas marxistas.

⁴⁸ O processo de desenvolvimento mercantil – e do próprio capitalismo – promove a subsunção cada vez mais substancial do valor de uso em relação ao valor, o que significa que a condição de ser material vai dando lugar à condição de social.

sistema de crédito e a circulação creditícia passa a subsumir a circulação monetária e o dinheiro passa a ser o fim último da circulação⁴⁹. Evidencia-se o ciclo $D - D'$ ⁵⁰.

Na busca pela distinção entre aparência e essência, o método marxista procura desmistificar o fetiche da mercadoria presente no olhar sobre os significados, formas e funções do dinheiro. Como demonstra Marx, o valor assume várias formas e o dinheiro é uma delas, a forma monetária de existência do valor, que o liberta da mercadoria, criando uma figura abstrata, mais compatível com sua natureza, e o permite exercer todas as suas potencialidades. O valor desconecta-se da mercadoria em que foi gerado e adquire uma forma fantasmagórica, imaterial, que permite o desenvolvimento pleno, sob o signo do capital. Reparem que Marx está, a todo momento, lidando, primeiro, com o movimento de busca das mediações necessárias para dar conta de interpretar, de forma abstrata, aquilo que o olhar direto sobre o real não consegue captar, segundo, contextualizando historicamente o fenômeno para compreendê-lo a partir de relações sociais de produção específica, e, portanto, construindo o conhecimento a partir da indissociabilidade entre sujeito e objeto.

Diferentemente da circulação creditícia presente na sociedade mercantil, em que predomina o crédito comercial, no capitalismo surge uma nova forma de capital, o capital a juros⁵¹, resultado da concentração do crédito comercial e de capital em propriedade dos bancos⁵². O movimento do capital a juros passa a regular a criação de crédito e a circulação monetária. Nesta nova forma de capital, o dinheiro, na medida em que se apresenta como um valor possível de valorização, torna-se uma mercadoria intercambiável. É capital na medida em que o dinheiro emprestado a juros se torna instrumento de valorização para além das transações meramente mercantis, sendo os juros obtidos

⁴⁹ Em Marx, o próprio desenvolvimento do sistema bancário e de crédito impulsiona, alavanca, mesmo, a expansão do sistema de mercadorias e de suas relações.

⁵⁰ O desenvolvimento das investigações marxistas demonstra que “no capital portador de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos ... É a fórmula primitiva e geral do capital, concentrada numa síntese vazia de sentido... Torna-se assim propriedade do dinheiro gerar valor, proporcionar juros, do mesmo modo que dar peras é propriedade de uma pereira. E como tal coisa que dá juros, o prestamista vende seu dinheiro. E mais... o capital que efetivamente funciona apresenta-se rendendo juros não como capital operante, mas como capital em si, capital-dinheiro” (MARX, 1980, págs. 519-520).

⁵¹ Dessa forma, “cessão, empréstimo de dinheiro por certo tempo e devolução do dinheiro emprestado com seus correspondentes juros (mais-valia) constituem a forma íntegra do movimento que corresponde ao capital a juros como tal” (MAZZUCHELLI, 2004, pág. 73).

⁵² Quando investiga os determinantes da repartição do lucro bruto em lucro de empresário e juro, bem como os aspectos que diferenciam a formação específica de cada um, afirma Marx que “com o desenvolvimento da indústria moderna, o capital-dinheiro, ao aparecer no mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista isolado, pelo dono desta ou daquela fração do capital existente no mercado, e cada vez mais constitui massa concentrada, organizada, que, distinguindo-se totalmente da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros que representam o capital social. Assim, na procura, o empuxo de uma classe se confronta com o capital de empréstimo, que, na oferta, se apresenta em bloco” (MARX, 1980: pág. 489).

nas transações uma parcela dos lucros⁵³, e se apropria, neste movimento, de parcela do lucro bruto, representando, indiretamente, um fragmento de mais-valia⁵⁴.

O ciclo do capital a juros pode ser representado, então, pela equação $D - D - M \dots P \dots M' - D' - D'$, já que o objetivo do prestador é, ao final do processo, acrescentar mais dinheiro àquele que emprestou, subtraindo-o, indiretamente, do lucro do empresário. Ao gerar juros para o cedente do capital emprestado, aparece uma contraposição entre lucro do empresário e juros, como uma divisão do lucro bruto, ou lucro total. Mas esta divisão é meramente quantitativa. A divisão qualitativa é aquela relacionada à apropriação da mais-valia. Ao final do processo produtivo, o capital emprestado efetua duplo retorno: para as mãos daquele que produziu e, em parte, para o prestamista⁵⁵.

Mas, então, o capital a juros adquire a capacidade de valorizar-se autonomamente, a despeito do comportamento da taxa de lucro e da existência ou não de processo produtivo, ou, dito de outra forma, desligado do capital produtivo? Marx demonstrou que “o caráter social do capital somente se leva a cabo e se realiza em sua integridade mediante o desenvolvimento pleno do sistema de crédito e do sistema bancário” (MARX, 1980), evidenciando: o papel da expansão do sistema de crédito para a generalização da produção de mercadorias e do próprio modo de produção; a autonomização do dinheiro; e o caráter monetário que assume o processo de produção.

Assim, o método é histórico, e o resultado da análise depende deste olhar, porque as implicações entre as categorias e os movimentos só fazem sentido quando submetidas a este – rigoroso – tratamento. Uma leitura evolucionária da história não permite chegar às conclusões a que chega Marx e, do mesmo modo, esta opção metodológica não consegue enxergar nuances próprias do desenvolvimento do conhecimento levado a cabo por Marx. As categorias somente se enquadram sob o olhar do materialismo histórico dialético.

De acordo com o desenvolvimento teórico marxista, o sistema de crédito e os bancos, na medida em que colocam à disposição dos capitalistas industriais e comerciais todo o capital disponível da sociedade, e inclusive o capital potencial, destroem o caráter privado do capital,

⁵³ De acordo com Marx, diferentemente das transações comuns entre prestamistas e prestatários, o que ocorre com o empréstimo de capital deve ser tratado de forma específica (MARX, 1980).

⁵⁴ A divisão do lucro bruto em lucro do empresário e juros não remete, como apontava o próprio Marx, em uma divisão direta da mais-valia nestas duas categorias, não sendo “mais que partes plasmadas em categorias, rubricas ou nomes distintos, senão que se referem uma à outra” (MAZZUCHELLI, 2004: pág. 74). A contraposição entre capital a juros e capital produtivo implica que a valorização do primeiro somente pode ocorrer às expensas do segundo, haja vista a possibilidade de geração de mais-valia somente neste último.

⁵⁵ Como demonstra Marx, em sua crítica a Proudhon, “ao transferir-se o dinheiro na forma de capital a juros, não se recebe de volta equivalente. Em todo ato de compra e venda, em qualquer processo de troca, há sem dúvida transferência de objeto. Cede-se sempre a propriedade da coisa vendida. Mas não se cede o valor. Na venda, cede-se a mercadoria, mas não o valor, que se recupera na forma de dinheiro ou, o que dá no mesmo, noutra forma, a de títulos de dívida ou a de ordens de pagamento. Na compra, transfere-se o dinheiro, mas não o valor, que é repostado na forma de mercadoria. Durante todo o processo de reprodução, o capitalista industrial conserva em suas mãos (excetuada a mais-valia), em formas diversas, o mesmo valor” (MARX, 2008: pág. 461).

potencializando a capacidade de expansão do sistema⁵⁶. Aqui, apresenta-se a autonomização de uma das formas, a do capital portador de juros. Apesar de esta autonomização não conferir natureza própria a este tipo de capital, pois, de acordo com o método, a análise é feita a partir da unidade dos contrários, está posta, neste ciclo, a lógica da busca pela valorização na esfera financeira. Mas, nesta situação, há tensões entre o capital industrial e o capital portador de juros, que se manifestam nas relações entre o comportamento da taxa de lucros e da taxa de juros e as pressões sobre a extração de mais trabalho na esfera produtiva. Entretanto, neste caso ela se manifesta quase que diretamente, em termos qualitativos e quantitativos, como aponta Marx (2008)⁵⁷. Ora, é a opção pela dialética que permite a Marx fazer este tipo de interpretação, de uma categoria de capital que, enquanto qualquer capital, busca valorizar-se, afirmando-se enquanto tal, porém, não consegue se afirmar totalmente pois depende da valorização real, ou seja, afirma-se enquanto valor em busca de valorização, mas, nega-se, na medida em que foge da fonte de valor, como ocorre com o capital fictício.

A categoria capital fictício remete ao livro 3, volume 5 d'O Capital, de Marx, quando ele trata do “processo global de produção capitalista” e do papel do mercado financeiro e das diferentes formas de capital neste processo. Como aponta Corazza (2002), Marx não dedicou tantas páginas ao estudo do mercado financeiro, porém, deixou instrumentos para se construir uma “teoria das finanças capitalistas”⁵⁸. Com a expansão do sistema de crédito pelas mãos do sistema bancário, que passa a atuar como prestamista, ocorre a potencialização da busca de valorização do capital no mercado financeiro e a subordinação do capital produtivo ao financeiro (HILFERDING, 1985). Os bancos passam a emprestar não somente capital próprio, mas, a “criar” capital novo. Começam a multiplicar riqueza, seja criando crédito através do multiplicador bancário ou emitindo papéis⁵⁹.

Este movimento expande as potencialidades do sistema e dissemina a utilização do capital a juros, que fomenta o processo produtivo. Os bancos funcionam como a instituição que administra o

⁵⁶ Na equação marxista $D - M \dots P \dots M' - C - D'$, o capital adiantado apresenta-se, inicialmente (uma abstração para simplificar a compreensão), como sendo, em sua totalidade, capital próprio, vindo dos próprios bolsos do capitalista produtor de mercadorias. O capitalista exerce, neste caso, duas funções: a de prestamista e a de produtor. Ao inserir a discussão sobre as funções do dinheiro e as formas de capital, Marx demonstra que, de fato, o capitalista que produz não é, na maior parte dos casos, o proprietário do capital adiantado, mas, que essa abstração não interfere na lógica. É curioso observarmos que na estrutura dos grupos econômicos atuais estão presentes tanto uma forma quanto outra, ou mesmo a imbricação entre elas. A própria condição de venda (e compra) de ações implica, por um lado (o da venda), em expansão com capital alheio, porém, significa, ao mesmo tempo, pelo lado da compra, a inversão com capital próprio.

⁵⁷ Hilferding (1985) demonstrou como a concentração e a centralização de capitais favorece o domínio das instituições financeiras sobre o capital produtivo.

⁵⁸ “Apesar de Marx não ter deixado uma teoria financeira acabada, mesmo assim talvez seja o único autor a ter elaborado os conceitos básicos que possibilitem construir uma teoria das finanças capitalistas logicamente articulada através de toda a cadeia conceitual, que vai desde a origem lógica do dinheiro e suas expressões na mercadoria dinheiro e no papel dinheiro estatal, passando pelas diversas modalidades do dinheiro de crédito, sua metamorfose em capital monetário, capital financeiro e capital fictício, até o desenvolvimento de todo o aparato institucional do moderno e sofisticado sistema financeiro” (CORAZZA, 2002: pág. 1).

⁵⁹ Em Tavares e Belluzzo (1980) existe uma explanação rica do predomínio do sistema de crédito sobre a circulação e a produção.

capital portador de juros e como intermediário entre o prestamista e o prestatário do capital-dinheiro, aglomerando grandes massas de capitais, “e assim, em vez do prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais... além disso, concentram todos os prestatários perante todos os prestamistas, ao tomarem emprestado para todo o mundo comercial” (MARX, 2008, pág. 534).

Com grande volume de papéis em mãos, associados a estes movimentos, a possibilidade de criar outros que deles derivem abre a porta para a geração de uma espécie, em função e forma, diferente de capital, o fictício⁶⁰. Concomitantemente, a concentração e centralização dos capitais propicia ao sistema de crédito a alavancagem do capital por ações – e vice-versa –, que, além de promover dupla (ou mais, como no caso das *holdings*) contagem do valor das empresas, também geram dividendos, podem ser utilizadas para gerar crédito bancário e seu valor pode ser negociado sem conexão com o patrimônio da empresa da qual é oriunda⁶¹.

O capital fictício, como definido em Marx, nada mais é que o direito de receber um rendimento monetário garantido pela existência de um título negociável no mercado financeiro e surge da capacidade de multiplicação de valor que os ativos financeiros passam a ter com o desenvolvimento do sistema de crédito⁶². Assim, o capital fictício cria a condição de valorização do capital monetário (ativos financeiros) sem ter qualquer ligação com o real, haja vista seu potencial de multiplicar-se sem a necessidade de qualquer vestígio de relação com o capital produtivo (MARX, 2008).

O capital fictício, então, apesar de características distintas, nasce do capital portador de juros. Esta multiplicação da riqueza, e o crescimento do valor que surge a partir da negociação dos papéis, gera uma sensação de que para todo juro recebido existe, em contrapartida, um capital que lhe deu suporte. Nesta questão aparente está posta grande parte da controvérsia sobre a capacidade de o capital fictício valorizar-se ou não sem que haja uma correspondente extração de mais-valia no âmbito da produção. O capital a juros, que financia o capital produtivo e o comercial, pressupõe a divisão do lucro total entre juros e lucro do empresário. O mesmo não ocorre com o capital fictício.

De acordo com Marx (2008), esta categoria em nada contribui com o capital comercial nem para o aumento da produção. O capital portador de juros está subordinado à lógica do capital industrial

⁶⁰ O montante de dinheiro que o indivíduo obtém com um título, debênture, ação, é real para si, porém, para a sociedade constitui uma riqueza fictícia.

⁶¹ Para maior detalhamento sobre os motivos que levam as ações, bem como títulos da dívida pública, a serem considerados capital fictício, ver Carcanholo & Sabadini (2009).

⁶² Como apontado em estudo sobre o tema, “o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo em que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia-a-dia do mercado, quer dizer, do ponto de vista da aparência; é a dialética fictício/real” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009: pág. 45). Capital a juros é o mesmo que capital portador de juros.

e fomenta, potencializando, a atividade geradora de empregos e produtora de bens, apesar de, como percebido em Marx, se apropriar de uma parcela do mais trabalho gerado na produção. No capital fictício, à medida que se desenvolve o sistema de crédito e se dissemina a existência do capital portador de juros, como visto, dinamiza-se a manutenção da valorização de títulos sem que haja correspondente expansão da riqueza pela produção, resultando na potencialização de preços pela simples (por um lado, e complexa, por outro) emissão, inicialmente nos interstícios do processo em que está presente a lógica do capital portador de juros para depois sobrepor-se a ele⁶³. Por este raciocínio, a remuneração do capital portador de juros está limitada pelo valor excedente materializado da mais-valia, já que os juros são uma parte remunerada pela via dos lucros brutos, porém, não o é a remuneração obtida pela circulação do capital fictício.

Ora, tanto a categoria capital portador de juros quanto a capital fictício só podem ser compreendidas se se utiliza como caminho metodológico para obtenção do conhecimento o materialismo histórico dialético, notadamente a partir da compreensão de que o capital, enquanto construção abstrata, representa, em si, a unidade dos contrários. O capital fictício precisa ser interpretado, primeiro, por sua relação com o capital social; segundo, com o capital portador de juros e as especificidades de cada “tipo” de capital; terceiro, com a tentativa de valorização permanente, característica de todo capital, e, portanto, a busca pela autonomização. Porém, a capacidade de gerar valor de forma independente está, permanentemente, restringida por aquilo que todo capital busca negar: a necessidade do uso da força de trabalho.

4. Método em Keynes e pós-keynesianos: tempo, economia monetária da produção, incerteza e mercado financeiro

Vários são os estudos que buscam identificar semelhanças e divergências nos tratamentos dados por Keynes e Marx à interpretação de questões relacionadas ao funcionamento do mercado financeiro e de suas influências na dinâmica da economia como um todo⁶⁴. E, se Marx se dedicou com mais tempo às questões metodológicas (naquilo que une – ou distancia – filosofia e ciência econômica) e os resultados se apresentam em muitos trabalhos seus, Keynes deixou poucas publicações com esta finalidade explícita⁶⁵. Porém, para o que nos interessa neste trabalho, e como

⁶³ MARX, 2008.

⁶⁴ Belluzzo (2013), por exemplo, não explora semelhanças e divergências, mas, indiretamente, expõe elementos que denotam aproximação entre os autores citados.

⁶⁵ Naquilo que une filosofia e ciência econômica, boa parte dos escritos iniciais de Keynes concentram-se em demonstrar falhas metodológicas contidas, principalmente, no arcabouço marginalista, e no tratamento dado por adeptos do equilíbrio apriorístico. Na coletânea “Keynes”, organizada por Tamás Szmercsányi, vários são os textos que tratam, direta ou indiretamente, implícita e explicitamente, destas questões. Como nos textos “O sentido da probabilidade”, “A probabilidade em relação à teoria do conhecimento” e “O fim do ‘laissez-faire’”, em que há uma dedicação específica sobre questões de método. Como exemplo, pode-se citar a afirmação de Keynes neste último texto: “Rousseau derivava

aponta Carvalho (2003), é possível distinguir um tratamento específico dado por Keynes ao método em sua obra, mesmo que, por vários motivos, os estudiosos da chamada revolução keynesiana se tenham desdenhado da necessidade de evidenciá-la.

Estão presentes em Keynes, primeiro, a visão de interdependência e de interação entre sujeito e objeto, segundo, a não desvinculação entre ciência e prática, e, terceiro, e como desdobramento, a busca do conhecimento utilizada como instrumento para a ação. Grosso modo, o diálogo de Keynes é feito com a economia política de tradição ricardiana e com fundamentos centrais que sustentam a construção do marginalismo e denotam a interação entre sujeito e objeto. Como aponta Carvalho, a

“preocupação empírica e intervencionista leva Keynes a privilegiar conceitos diretamente observáveis, como a propensão a consumir, ou comportamentos historicamente identificáveis, como o do empresário capitalista, como o objeto apropriado da teoria econômica, em contraste com as construções atemporais e desprovidas de conteúdo, como o agente maximizador de satisfação, que vive no vácuo histórico e institucional da teoria walrasiana” (CARVALHO, 2003, pág. 176).

Em Keynes, a incerteza com relação ao futuro é elemento invariavelmente presente na decisão do agente e essa realidade precisa ser levada em consideração quando da construção do conhecimento, o que implica na negação da previsibilidade imanente ao constructo ortodoxo. Também o tempo é tratado por Keynes de maneira completamente diferente da tradição ortodoxa, que o enxerga como uma mera sucessão de fases. No método keynesiano, o “tempo é tratado de duas formas [...] A primeira dessas formas é a do tempo expectacional [...] e refere-se ao processo pelo qual o futuro é ‘trazido’ para o presente na tomada de decisão individual” e a “segunda forma é o tempo histórico [...] e refere-se ao fato que a história é construída e não apenas descoberta [o que significa] que a história vai sendo feita pelos próprios agentes” (CARVALHO, 2003, pág. 183). O que implica, entre outras coisas, na impossibilidade de reconhecer a validade do *homo economicus* e que o cálculo dos riscos é suficiente para articular as bases do conhecimento científico na elaboração da ciência econômica que envolve decisões de longo prazo, como o investimento, e, de qualquer forma, significa jogar dúvidas sobre certezas positivistas.

Questões relacionadas a como enfrentar o tempo e as incertezas e antecipar o futuro não pareceram a Keynes ser elementos que devem ser descartados e, por isso, identificar expectativas e a

a igualdade do estado de natureza. Paley, da vontade de Deus; Bentham, de uma lei matemática de indiferença. Dessa forma, a igualdade e o altruísmo penetraram na filosofia política e, da conjugação de Rousseau e Bentham, surgiram tanto a democracia como o socialismo utilitário. Esta segunda corrente – originada de controvérsias há muito terminadas e levadas avante por sofismas há muito desacreditados – ainda permeia nossa atmosfera do pensamento”. E, de forma irônica, mais à frente, “eu vinculo a peculiar unidade da filosofia política cotidiana do século XIX ao êxito com que ela harmonizava escolas diversificadas e incompatíveis, unindo todas as boas coisas para um único fim. Ela verificou que Hume e Paley, Burke e Rousseau, Godwin e Malthus, Cobbett e Huskisson, Bentham e Coleridge, Darwin e o Bispo de Oxford, estavam todos pregando praticamente a mesma coisa: o individualismo e o *laissez-faire*” (SZMERECSENYI, 1978, págs. 108 e 110, respectivamente). Não é objetivo deste trabalho esgotar as relações entre método e teoria na construção keynesiana.

influência de como o tratamento dado a elas pelos agentes pode ser equacionado na construção do conhecimento faz parte do cerne da teoria keynesiana e de boa parte de seus estudiosos. Keynes demonstrou que a moeda, por ser o bem mais líquido da economia, pode afetar o circuito renda-gasto e, por consequência, o volume de emprego, pois o aumento da incerteza pode afetar as decisões sobre o futuro e a possibilidade de retenção de moeda. Um dos elementos centrais de orientação da teoria pós-keynesiana é exatamente a percepção de que as economias atuais são essencialmente monetárias.

Assim como Keynes, a corrente de pós-keynesianos⁶⁶, aqui utilizada como referência, refuta visceralmente o tratamento feito pela abordagem neoclássica – seja ela original ou aquela que tenta “enquadrar” a chamada revolução keynesiana. Essa corrente procura negar a capacidade dos mercados de se auto-regularem, desde que livres de quaisquer amarras feitas pela sociedade, e de conduzirem os movimentos dos indivíduos para uma situação de equilíbrio em que o resultado é o pleno emprego dos chamados fatores de produção. Nesse sentido, nega a abordagem abstrata de uma ideia pré-concebida – sobre o todo e sobre as partes – e insere o olhar a partir daquilo que podem ser, efetivamente, os movimentos reais dos indivíduos, inseridos que estão em uma sociedade que se apresenta dinâmica (CARVALHO, 2003). As diferenças de método existentes entre o marginalismo e a corrente pós-keynesiana evidenciam a incapacidade de conciliação de teorias, pois a inversão dos métodos traz cortes na estrutura de construção do conhecimento e conduz a interpretações e resultados distintos⁶⁷.

Como pode uma estrutura teórica que tem como parâmetro basilar para construção do conhecimento o indivíduo racional, conhecedor de todas as informações, assim como todos os outros, lidar com um ambiente de incertezas, onde a dinâmica pode alterar, a todo momento, os rumos dos acontecimentos futuros? Ao mesmo tempo, dadas as incompatibilidades entre o método de uma teoria e o método de outra e os desdobramentos possíveis, não reconhecer que a percepção, *a priori*, do ambiente em que estes agentes estão inseridos, e a dinâmica das relações sociais possam condicionar a elaboração dos caminhos a serem percorridos para desenvolver o conhecimento? O que se percebe é que,

“Na verdade, talvez seja exatamente no estudo da tomada de decisão econômica que as peculiaridades metodológicas de Keynes se tornem mais visíveis. Para Keynes, o fato dominante da vida é a incerteza fundamental e incontornável que cerca o futuro. Como é amplamente sabido, Keynes foi um ácido crítico das teorias ortodoxas de economia, que assumiam (como, aliás, ainda

⁶⁶ A referência neste trabalho à teoria pós-keynesiana é feita à corrente que surgiu nos anos 1970 a partir da crítica ao tratamento neoclássico dado por autores que visavam interpretar a obra de Keynes, que encontravam apoio principalmente nas teses da rigidez de preços, e dos salários em especial. Paul Davidson e Hyman Minsky são dois dos principais críticos da corrente à qual fazemos citação, denominada por alguns como “keynesianos fundamentalistas”, ou, inicialmente, “keynesianos americanos”, em oposição aos “keynesianos de Cambridge”, que abrigam, entre outros, Joan Robinson, Kaldor, Pasinetti e Harrod.

⁶⁷ Os exemplos da construção da curva IS-LM e da síntese neoclássica evidenciam o raciocínio e corroboram as hipóteses assumidas neste artigo.

o fazem) que os agentes econômicos habitam um mundo onde tudo é previsível, seja com certeza, seja probabilisticamente. Em suas palavras: ‘Eu acuso a teoria econômica clássica de ser uma daquelas técnicas bonitas e bem-feitinhas que tentam lidar com o presente abstraindo-se do fato de que sabemos muito pouco sobre o futuro’” (CARVALHO, 2003, pág. 176).

Em Keynes e nos pós-keynesianos, o tempo é histórico e irreversível, e as tomadas de decisões seguem uma sequência, são processos conexos, com liberdade de ação restrita. Uma vez que os projetos são iniciados, há um alto custo de reversão e, caso haja alterações das expectativas sobre o futuro, a velocidade de alteração dos planos, sempre estará condicionada a compromissos passados⁶⁸ (FEIJÓ, 1993). Nas palavras de Lima, “qualquer análise consistente dos fenômenos econômicos que ocorrem no mundo real demanda que o tempo seja concebido em seu sentido histórico, vale dizer, uma situação em que passado, presente e futuro, a despeito de momentos que guardam entre si certas conexões lógicas, configuram estágios diferenciados do fluxo cronológico” (LIMA, 1992, pág. 99).

Uma vez que o passado é irrevogável e o futuro desconhecido, as decisões, principalmente de empresários e firmas, são tomadas num ambiente de incerteza não-probabilística⁶⁹. As incertezas não advêm da falta de racionalidade, mas do fato de nem todas as premissas serem conhecidas, ou até cognitivas, para dar base aos cálculos. A confiança é essencial, justamente, pela incompletude das premissas. “Em prevalecendo a inexistência de fundamentos seguros para a formulação de probabilidade calculáveis, o futuro é incerto no sentido de que a história e os eventos correntes não são capazes de fornecer um guia estatístico confiável para o conhecimento dos desdobramentos futuros das decisões tomadas no presente” (LIMA, 1992, p.106). Assim, uma vez que as decisões de investir não vão ser uma escolha lógica pura, vão depender das expectativas, do estado de confiança dos empresários e do *animal spirit*, ainda sob um ambiente de incerteza.

Para fazer frente às incertezas e o desconhecimento quanto ao futuro, “na medida em que a produção ocorre em um mundo cuja dinâmica é não-ergódica [e] seus verdadeiros desdobramentos temporais não são passíveis de previsão estatística”, os agentes estabelecem contratos. Os contratos são compromissos assumidos por duas, ou mais, partes, quanto a assunção de obrigações futuras. Nessa perspectiva, há a necessidade que estes contratos se concatenem, em termos monetários e num ponto futuro, para liquidação, o que cria a necessidade da moeda (liquidez) em períodos específicos.

Nessa economia monetária da produção, como afirmam pós-keynesianos, a moeda tem papel central, pois também é um ativo e vai disputar lado a lado com os demais. No entanto, ela possui algumas características distintivas dos demais ativos: custos negligenciáveis (o aumento da sua demanda não requer o emprego de trabalho); e elasticidade substituição igual a zero. Assim, caso ocorra um aumento da demanda por moeda, em contrapartida duma redução da demanda por bens e

⁶⁸ Compromissos material ou/e financeiros.

⁶⁹ Agentes racionais imaginam cenários e escolhem um deles.

serviços, a demanda por emprego se reduz, que se traduz em insuficiência de demanda efetiva. O fato de haver demanda por moeda ao invés de bens e serviços, advém da sua capacidade de transportar riqueza no tempo e oferecer mais segurança nos momentos de instabilidade. Por ser o ativo líquido por excelência, e a liquidez uma propriedade imprescindível em momentos de incerteza, os agentes podem decidir reter moeda ao invés de adquirir bens. Assim, em função da incerteza, a moeda adquire um retorno implícito, o prêmio pela liquidez, em que, reter moeda não é irracional, mas muito pelo contrário, a própria posse da moeda reduz nossa inquietação quanto ao futuro e fornece a oportunidade para se proteger ou aproveitar de oportunidades pontuais.

O fato da moeda não ser neutra e, a economia ser extremamente dependente das decisões de investimento – e estas decisões serem baseadas em cálculos expectacionais –, a igualdade e o equilíbrio entre oferta e demanda será o caso particular de uma economia, e não a regra. Quando vão decidir o nível de produção e número de trabalhadores que serão contratados – decisão inescapavelmente especulativa –, o que os empresários estão tentando fazer é uma conta subjetiva para alcançar o seu lucro máximo a partir de suas expectativas, sendo ela subjetiva porque não há garantias reais que ela se efetive (KEYNES, 1982). No entanto, nada garante que este ponto seja aquele de demanda efetiva, nada garante que o valor recebido pelos fatores será igual ao valor da receita das vendas (refutação da lei de Say), uma vez que parte dessa renda pode ser materializada num bem cuja produção não necessite de trabalhadores (moeda). Como já bem explorado, a refutação da lei de Say é essencial para que a teoria keynesiana se sustente, o que exprime, entre outras coisas, primeiro, que o fato de afirmar que a produção de um valor gera meios suficientes para que ele seja demandado condiciona todo o resultado da análise, segundo, que a crítica keynesiana não se sustentaria se fosse dirigida somente à teoria e não também ao método, e, terceiro, erigir outra teoria implicaria em assentar-se em bases metodológicas distintas, e próprias.

Ao mesmo tempo, tanto Keynes quanto pós-keynesianos, utilizam a ciência para encontrar mecanismos que possam evitar flutuações cíclicas significativas no volume de emprego e de produtos. Por fim, aqui também se percebe a associação entre o método e os desencadeamentos na construção da teoria, pois a indicação de que a ciência do conhecimento tem como uma de suas finalidades elaborar instrumentos para interferir na realidade revela a interação entre sujeito e objeto, exposta implícita ou explicitamente⁷⁰.

⁷⁰ De qualquer forma, em consonância com a impossibilidade de separação entre sujeito e objeto, aponta Carvalho que o “método de Keynes vai definir sua identidade precisamente no duplo movimento proposto que coloca inicialmente o investigador na posição do agente econômico para entender como sua percepção se estabelece e suas decisões são tomadas para retornar, em seguida, à posição de analista externo para examinar como estas decisões se articulam entre si [...] O caminho é criado pelo caminhar ao caminhar, mas nem todas as trilhas podem ser abertas, ainda que não se saiba com antecedência quais realmente podem ser proficuamente exploradas. O mundo real não é uma ficção, mas também não é

5. Considerações finais

Como visto, a tentativa de eliminação de aspectos exteriores a um suposto objeto de estudo explicitamente econômico e sem imbricação intrínseca com outros elementos, como a localização da sociedade na história, está associada a uma corrente teórica específica e à estrutura metodológica que lhe dá sustentação: à elaboração positivista do marginalismo. Naquele edifício, a escolha do método condiciona toda uma forma de elaborar a construção científica e esta organização da pesquisa científica imprime certo viés no resultado final.

Por outro lado, aos moldes da metodologia em Marx e Keynes, cada um a seu modo, mais do que a impossibilidade de separar sujeito e objeto na construção do conhecimento nas ciências econômicas, a precisão da análise está intimamente ligada à compreensão de que a abordagem deve levar esta realidade em consideração, caso se queira fugir da abstração como instrumento de determinar o resultado, ou parte dele, como condição *a priori*.

Logo, pela incerteza e indeterminação contidas nas abordagens que fazem uso da dialética e da percepção que o olhar do sujeito é influenciado pela própria organização social à qual ele faz parte e que o objeto é dinâmico e não elabora sempre o mesmo movimento a estímulos iguais, a essência da dinâmica do mercado financeiro, apesar de fazer parte de uma lógica maior de busca pela valorização, compreendida a partir da unidade de contrários, pode trazer resultados não benéficos para a sociedade. Por outro lado, supra-sumo de avaliação oposta, o apriorismo e a suposição de que se pode eliminar juízos de valor a partir da definição de tipos ideais, quando associados à pressuposição de que o mecanicismo equilibrista newtoniano pode ser aplicado às ciências sociais, não permite outro resultado que não o ótimo para a sociedade, e o mercado financeiro – e os fundos de empréstimo – fazem parte dessa essência, como outro mercado qualquer, já que, com base no utilitarismo, cada agente faz escolhas racionais e maximizam seus interesses.

Na trilha das incompatibilidades, parece impossível que a construção atemporal de agente maximizador, desprovida da possibilidade de localização do sujeito na história, consiga dar conta da imprevisibilidade associada ao tempo, dado que a decisão do agente será tomada tendo como referência a incerteza com relação ao futuro, e o tempo não se apresenta como uma mera sucessão de fases. É esse mesmo método de encarar a história e o tempo que consegue enxergar na moeda papel crucial, por ser a obtenção de mais dinheiro o objetivo final do capitalista, e porque a decisão sobre o que fazer com a liquidez própria da moeda – em relação aos outros ativos e à incerteza imanente as

uma restrição opressiva [...] Keynes assume ser o comportamento humano, em todas as suas esferas, inclusive a econômica, criativo” (CARVALHO, 2003, pág. 180).

decisões com relação ao futuro –, pode afetar o volume de emprego, já que o circuito renda-gasto pode ser alterado.

6. Referências bibliográficas

- BELLUZZO, L. G. M. **O Capital e Suas Metamorfoses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- BLAUG, M. **A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os Dois Métodos e o Núcleo Duro da Teoria Econômica**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), p. 163-190, abril-junho de 2009.
- BROWN, V. **Adam Smith's Discourse: canonicity, commerce and conscience**. London: Routledge, 1994.
- BUNGE, M. A. **Epistemologia: curso de atualização**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- CANUTO, O. **O Equilíbrio Geral de Walras**. In: CARNEIRO, R. (Org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Editora Ática. vol. 1, p. 207, 1997.
- CARVALHO, F. J. C. **Características Essenciais do Método de Keynes na Teoria Geral**. In: CORAZZA, G. (org.) *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CARCANHOLO, R. A. & SABADINI, M. S. **Capital Fictício e Lucros Fictícios**. Rio de Janeiro: Revista SBEP, nº 24, junho de 2009.
- CHESNAIS, F. **O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (org.) *A Finança Mundializada: raízes sociais políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COUTINHO, M. C. **Lições de Economia Política Clássica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CUNHA, S. F. **O Mundo do Trabalho e os Movimentos Intersticiais das Relações entre os Processos de Valorização Produtiva e Financeira: desdobramentos e impactos**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2013.
- DUAYER, M. **Marx e a Crítica Ontológica da Sociedade Capitalista: crítica do trabalho**. Rio de Janeiro: Em Pauta n. 29, v. 10, p. 35-47, 1º semestre de 2012.
- FAMA, E. F. **Efficient Capital Markets: a review of theory and empirical work**. The Journal of Finance. Chicago, v. 25, nº 2, p. 383-417, maio de 1970.
- FEIJÓ, C. **Decisões Empresariais numa Economia Monetária da Produção: notas para uma economia pós-keynesiana da firma**. São Paulo: Revista de Economia Política, p. 82-100, vol. 13, nº 1, janeiro-março de 1993.
- FOX, J. **O Mito dos Mercados Racionais: uma história de riscos, recompensas e decepção em Wall Street**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.
- GANEM, A. **Teoria Neoclássica: a face econômica da razão positivista**. In: CORAZZA, G. (org.) *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- HANDS, W. **Reflection without rules – economic methodology and contemporary Science theory**. Cambridge: The University of Cambridge Press, 2001.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- JENSEN, M. C. & MECKLING, W. H. **Theory of the Firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure**. Journal of Financial Economics, nº 4, p. 305-360, outubro de 1976.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAPAVITSAS, C. **Financialisation, or the Search for Profits in the Sphere of Circulation**. Londres: Research on Money and Finance. Discussion Paper, nº 10, 2009.
- LIMA, G. T. **Em Busca do Tempo Perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes**. Rio de Janeiro: BNDES, 16º Prêmio de Economia, 1992.
- LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1980. Livro 3.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 3, vol. IV. O Processo Global de Produção de Mercadorias.
- MAZZUCHELLI, F. **Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 12, nº 1 (20), p. 137-146, jan./jun. de 2003.
- _____. **A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises**. Campinas: IE/Unicamp, 2004. Coleção Teses.
- PEREIRA, E. J. A. L. & URPIA, A. G. B. C. **Hipótese dos Mercados Eficientes vis-à-vis Incerteza, Convenção e Especulação: por uma mudança de paradigma nos mercados financeiros**. São Paulo: Revista Pesquisa & Debate, vol. 22, nº 1, p. 135-155, 2011.
- PLIHON, D. **El Nuevo Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 2003.
- POSSAS, J. L. **A Cheia do “Mainstream” – comentário sobre os rumos da ciência econômica**. Rio de Janeiro: Economia Contemporânea, n. 1, pp. 13-37, jun. 1997.
- SZMRECSÁNYI, T. (org.). **John Maynard Keynes: economia**. São Paulo: Ática, 1978.
- TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. M. **Capital Financeiro e Empresa Multinacional**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.